

A conferência do Ministro Arthur de Sousa Costa

Na solenidade de comemoração à data da vitória da Revolução de 1930, realizada na noite de 24 de outubro p. passado, no Departamento de Imprensa e Propaganda, o Sr. Arthur de Sousa Costa, Ministro da Fazenda, pronunciou uma conferência que, representando um expressivo compêndio das realizações econômicas e financeiras do Governo Nacional, no decênio revolucionário, demonstra a improcedência das críticas feitas recentemente à ação construtiva do Presidente Getúlio Vargas.

Dada a oportunidade das palavras de uma autoridade como o Ministro Souza Costa, esta REVISTA aproveita o espaço reservado à sua seção Finanças Públicas para oferecer o seguinte resumo daquela conferência :

OS "DEFICITS" ORÇAMENTÁRIOS

As flutuações dos números relativos aos *deficits* orçamentários federais, no período de 1930 a 1940, fornecem indicações suficientes das causas determinantes dos desequilíbrios verificados. Mostram que a política financeira do Governo se baseia no propósito de reforçar a arrecadação e de conter os gastos públicos até onde isso seja possível. A revolução recebeu em 1930 um passivo de enormes proporções: dívida flutuante pesadíssima, o Banco do Brasil com seus recursos comprometidos, o café em estado de agonia, o câmbio puramente nominal.

O encerramento do ano financeiro em 1930 refletiu os onus da anarquia política e econômica em que mergulhara o país. Já em 1931 o *deficit* baixava enormemente para subir em 1932, impellido à altura em que chegou por causas notoriamente ligadas à ordem pública. Um grande esforço se levou avante posteriormente de tal modo pertinaz que em 1936 se registava o menor *deficit* federal desde então verificado.

De 1937 em diante, as necessidades da defesa nacional tornaram imperativa a realização de compromissos que, pela sua premência, não mais seria possível adiar, sem o sacrifício dos grandes interesses do país. Contudo, o confronto entre o *deficit* apurado em cada exercício e o *deficit* previsível torna evidente o propósito de reduzir os dispêndios federais onde quer que a política de compressão se concilie com o programa de salvaguarda da soberania nacional e

de equipamento econômico, visando essa mesma salvaguarda. Eis um fato que deve ser convenientemente ponderado, quando se considera a posição dos orçamentos públicos do Brasil. Os *deficits* são tanto mais passivos quanto mais resultam do acréscimo das despesas de custeio da administração. As cifras relativas ao aumento do patrimônio, no decênio de 1930 a 1940, paralelamente aos números que dizem respeito à execução do programa da defesa nacional, permitem formar julgamento seguro sobre a situação orçamentária do país.

Os *deficits* correspondem, em grande parte, a inversões feitas com o aparelhamento destinado a preservar a segurança do país com a liquidação de enormes compromissos que o Governo recebeu em 1930, com a execução de obras públicas, notadamente no domínio dos transportes, assegurando, por assim dizer, o equilíbrio de suas contas. Além disso, é preciso não esquecer que a situação do mundo, depois da crise econômica de 1929, repercutiu nas finanças públicas do Brasil, desequilibrando-as, na conformidade, aliás, do que ocorre na grande maioria dos países, inclusive o mais rico de todos, os Estados Unidos da América.

Se durante um período em que, mercê das doutrinas pacifistas que então dominavam os espíritos em todo o mundo, foi praticamente total a despreocupação pelo aparelhamento das forças armadas; em que a renovação do material dos meios de transporte, quando atendida o era com recursos encontrados facilmente nos mercados estrangeiros, aviões de colocar capitais; em que a aflição das classes produtoras era indiferente aos homens do Governo; em que a questão social nem sequer fora considerada, os *deficits* se elevaram a 4.134.000:000\$, — como estranhar que no outro período, em que se reaparelham as forças armadas, dotando-as do material bélico imprescindível à sua eficiência, refazendo toda a estrutura das organizações militares, levantando novos quartéis, fábricas, hospitais, campo de pouso, hangares, estádios, construindo ferrovias e rodovias, lançando ao mar navios construídos em nossos estaleiros; em que se restaura o parque ferroviário, melhorando-lhe as condições em todo o território da República; em que se abrem estradas de rodagem, renova-se a frota de nossa marinha mercante, enfrenta-se num esforço sistemático a luta contra as secas obtendo-se os primeiros resultados definitivos; em que se levantam prédios para instalar a administração, até aqui distribuída em casas velhas e alugadas; em que um programa social leva a cada brasileiro mais saúde, mais conforto e mais tranquilidade; em que se defende a economia na hora de colapsos, como estranhar, repito, se hajam excedido em uma quinta parte os *deficits* do passado?

Como estabelecer paralelos entre um regime, tão bem caracterizado pelo ilustre titular da nossa Marinha de Guerra, de "inércia e velho espírito de contemporização, na expectativa sempre do recurso estrangeiro para a execução dos nossos programas", com aquele em que retomamos o passo para a nossa emancipação gradual e sistemática?

É princípio elementar que não se podem utilizar as estatísticas sem fazer uma série de retificações que tornem comparáveis os resultados.

Daí o conselho de Gaston Jéze, referindo-se à compressão das despesas públicas (*Science des finances*, pág. 107) :

"En somme, il convient d'être très réservé dans les comparaisons des dépenses publiques de pays à pays et, pour un même pays, d'époque à époque. Il est prudent de ne faire des comparaisons que pour des périodes peu éloignées les unes des autres.

Même avec ces rectifications, les comparaisons ne permettent que de dégager une *orientation générale, un ordre de grandeur* des dépenses publiques. Le plus souvent, ce n'est pas ainsi qu'elles sont faites. Aussi n'ont-elles aucune valeur scientifique. Elles sont destinées ordinairement à défendre une thèse politique, à surprendre le vote d'un Parlement et à rallier l'opinion publique".

Essas considerações aplicam-se a quase todas as demais comparações que vamos analisar, ejs que todas obedecem exclusivamente ao premeditado objetivo de combate sistemático, sem nenhuma base científica ou honesta.

O PAPEL-MOEDA

O papel-moeda em circulação, como é do conhecimento de todos pelas publicações oficiais, eleva-se :

em 1930 a 2.850.000:000\$0
em 1939 a 4.957.150:000\$0
em 1940 a 5.185.000:000\$0

Examinando por períodos decenais o aumento na circulação do papel-moeda, podemos assinalar :

1910 — Em circulação ..	925.000:000\$0	
1919 — " " ..	1.700.000:000\$0	aumento 84 %
1920 — " " ..	1.848.000:000\$0	
1929 — " " ..	3.394.000:000\$0	" 84 %
1930 — " " ..	2.845.000:000\$0	
1939 — " " ..	4.970.000:000\$0	" 75 %

O papel-moeda que recebemos da Velha República não tinha a lastrear-lhe a circulação nem uma grama de ouro, nem uma divisa na estrangeiro; era papel e descoberto no Exterior. Hoje dispomos de 59 toneladas de ouro e a situação cambial do país é excelente.

O resultado se exprime nos seguintes números :

	Papel-moeda em circulação	Ouro de propriedade do Governo	Porcentagem
1930	2.850.000:000\$0	nihil	zero
1940	5.185.000:000\$0	52.246 kg	24,97 % em ouro

Como se verifica, o confronto é em tudo e por tudo favorável ao Governo do Sr. Getulio Vargas.

DÍVIDAS DO GOVERNO

Desde o seu início o Governo do Senhor Getulio Vargas timbrou em seguir uma política de verdade orçamentária, tudo fazendo para reduzir os *deficits*, mas confessando-os lealmente em quantia exata em todas as suas prestações de contas.

Os compromissos do Tesouro, no Banco do Brasil, constituem prova robusta do perseverante propósito do Governo de refrear as emissões de papel-moeda.

Quanto às apólices, convem lembrar que é um fenômeno universal o aumento da dívida pública consolidada. No nosso país essa dívida acompanha as exigências do financiamento do progresso nacional, compreendendo-se facilmente o seu aumento, diante da supressão dos empréstimos externos, como fonte de tal financiamento. O Governo se viu forçado a solver, por esse meio, não só compromissos de gestões anteriores a 1930, mas a salvar a riqueza nacional, promovendo o reajustamento econômico. Eis aí uma providência cuja repercussão na melhoria das condições da lavoura, não precisa ser assinalada, tanto mais quanto, resultando da crise mundial, foi igualmente praticada por outros países em proporções muito mais extensas. A aplicação dada ao produto das emissões de apólices justifica, por si só, tais emissões.

As operações chamadas de "congelados", sobre as quais já tem sido dados os mais amplos esclarecimentos, foram compromisso que firmamos para facilitar a liquidação de atrasados de comércio, isto é, regularizar créditos que se achavam congelados no Banco do Brasil, em 1933, com os Estados Unidos e Inglaterra, em 1934 com a França, em 1936 com os Estados Unidos, Inglaterra, Suíça, Bélgica e Portugal.

Essas operações, como também é do público conhecimento, acham-se integralmente liquidadas. Há, portanto, nesse confronto uma circunstância digna de nota. As operações realizadas pelo Senhor Getulio Vargas o foram a prazo curto, serviram para normalizar as condições do comércio e já estão liquidadas. As do Governo passado foram destinadas a uma estabilização malograda e a despesas ordinárias. Delas ficou, como recordação, não ouro, nem divisas, nem serviços, mas uma dívida que vimos amortizando e que as gerações futuras continuarão a pagar.

A COTAÇÃO DE NOSSOS TÍTULOS

A cotação de nossos títulos da Dívida Externa é um dos índices que a má fé encontrou para seus ataques à política do Governo. À cata de resultados, faz-se o confronto entre 1930 e 1939, abandonando a repercussão benéfica que teve sobre os nossos títulos o esquema de 1939. Escolhido o momento em que, forçados a modificar as linhas de nossa política do café, tivemos de suspender o esquema das dívidas de 1934, era natural nos fosse desfavorável o paralelo nessa ocasião.

Hoje a cotação de nossos títulos é sem comparação muito mais favorável.

Não surpreende que se tenha utilizado tal recurso, eis que todo o articulado é feito de má fé, mas o que excede a

todos os limites é a audácia de se querer inverter os fatos a tal ponto que se pretende responsabilizar pelo descrédito imaginado, exatamente um Governo que não aumentou de uma libra a responsabilidade de nossa Dívida Externa, antes a reduziu, que, à custa de entendimento com os credores externos e sacrifícios impostos à Nação, tem procurado reduzir esses compromissos, bastando, para exemplificar, aludir ao caso dos francos-ouro por ele resolvido satisfatoriamente quando se sabe que, feita a conversão à taxa de \$500 o franco, se elevava em moeda brasileira à cifra astronômica de cerca de 2.000.000:000\$0.

Todo e qualquer descrédito que recaísse sobre o nosso país só poderia atingir logicamente àqueles que contraíram os empréstimos, aos que foram pedir ao estrangeiro dinheiro a qualquer preço, hipotecando as rendas de nossas Alfândegas, penhorando todos os impostos que existiam e mais os que viessem a ser criados, e nunca aos que tem tido a serena altivez de por ordem nessa anarquia, definindo as nossas responsabilidades e, por meio de acordos bilaterais, reduzindo-as às proporções da nossa capacidade.

Muito ao contrário do que se insinua, o Governo do Senhor Getúlio Vargas afasta o Brasil desses humilhantes extremos a que o levaram as facilidades do passado, e de que o tem conseguido dizem-no os verdadeiros interessados que são os portadores de títulos.

Leia-se o que depõe em abono do nosso crédito a Corporação de Portadores de Títulos Ingleses (Council of Foreign Bondholders) no seu relatório referente a 1939, e no qual assinala a diversidade da posição dos países devedores à véspera da rutura das hostilidades em 1914 e em 1939.

Então naquela emergência, o Brasil havia suspenso por 13 anos a amortização de numerosos de seus compromissos externos. Atualmente, isto é, pouco antes de irrompida a guerra, abrimos os entendimentos com os representantes diretos dos credores, isso em julho de 1939, para retomar o serviço das dívidas; em plena luta européia torna-mos efetivo o propósito da retomada e até hoje continuamos a mantê-lo.

O crédito e o bom nome do Brasil não tiveram melhor defensor do que o Senhor Getúlio Vargas. Não fez novo empréstimo no estrangeiro e está pagando — apesar de todas as dificuldades — as dívidas que lhe legaram.

A TAXA DE CÂMBIO

A verdade em relação ao mil-réis é que a sua depreciação vem de longa data e em forma contínua.

É de se notar, entretanto, que de 1929 para 1930 o mil-réis sofreu uma depreciação de 8 %, e de 1930 para 1931, período de rígida deflação e estoica política de pagamentos de dívidas no estrangeiro, a depreciação do mil-réis no câmbio, foi de 35 %, o que evidencia o quanto era artificial o seu valor em 1930.

As causas da depreciação da moeda em nosso país são bem mais profundas e para reagirmos a essa tendência mister se faz reaparelhar todo o nosso parque industrial, toda a nossa produção agro-pecuária. É uma obra de transformação estrutural em nossa economia a que o Governo está atento e que se terá de completar no tempo através de uma sucessão de esforços contínuos em tal sentido orientados.

COMÉRCIO EXTERIOR

O comércio exterior do Brasil cresceu de 7.007.603 toneladas, em 1930, para 7.573.049 toneladas, em 1940, apesar do período crítico que esse ano representou, devido à repercussão da guerra. O valor médio da tonelada exportada subiu de 1:279\$0 para 1:533\$0, no mesmo período.

Em 1930, a exportação montava em 2.273.688 toneladas e 2.907.354:000\$0. No ano findo, malgrado a guerra, os totais são: 3.240.028 toneladas e 4.966.518:000\$0.

Em 1941, devido à política seguida pelo Governo, no sentido de preservar o café e de conquistar outros mercados internacionais, para compensar a perda do consumo europeu, a exportação já cresceu, até agosto, de 218.332 toneladas e de 809.557:000\$0. O valor médio da tonelada aumentou de 454\$0, no confronto com os mesmos oito meses de 1940.

Para armar efeito, neste ponto, a crítica teve de recorrer a novo expediente, fazendo o confronto em libras-ouro, para concluir que "enquanto os lavradores e industriais brasileiros em esforço heroico conseguiram produzir e exportar 2.000.000 de toneladas a mais, a desorientação financeira do Governo Getúlio Vargas transformou esse esforço no sacrifício de 28.000.000 de libras-ouro recebidas a menos pelo Brasil, em pagamento de seu trabalho. Trabalhamos mais, para sermos mais pobres!"

O que deixou de dizer é que essa é precisamente a situação do conjunto do comércio mundial, ou seja, o comércio exterior de todos os países, considerados englobadamente, acusando, nos últimos anos do período 1930/1939, uma situação precária em relação a 1930. E as estatísticas internacionais mostram, particularmente, a desvantajosa posição das exportações de gêneros alimentícios e de matérias primas, exatamente a espécie que prepondera na exportação do Brasil. Nada de extraordinário, portanto, em assinalar uma desfavorável situação do comércio internacional brasileiro entre 1939 e 1930. Extraordinário é o processo de alinhamento dos dados estatísticos apresentados: ou unilateralmente, como no caso da queda do valor da exportação, sem indicação do contrapeso da desvalorização das mercadorias importadas; ou concatenados sem a necessária homogeneização, reduzindo o mil-réis a ouro, para medir o esforço da quantidade exportada, quando os deixou sem correção alguma na comparação dos *deficits* orçamentários; ou, finalmente, o que é mais grave, apresentando os resultados estatísticos desgarrados do ambiente que o integra.

A se julgar aceitável esse critério simplista de crítica, de mera enumeração de algarismos, segregados, sem maiores explicações, do conjunto de circunstâncias econômicas não haveria, no Brasil, Governo que escapasse aos mais terríveis libelos numéricos.

O CAFÉ

Perguntado sobre o que fez o Governo Getúlio Vargas em dez anos em favor do café, uma resposta se impõe com duas palavras para as quais os fatos servem de lastro legítimo: fez tudo.

Em 1930, a economia cafeeira estava agonizante. A história é de ontem. Não precisa ser revivida. O que o Governo tem feito para salvar a economia cafeeira cabalmente justifica, por si só, o aumento da dívida pública, o

acréscimo do meio circulante, o peso dos *deficits* orçamentários.

Nenhuma herança legada pelo passado ao atual Governo foi mais onerosa, mais inquietante e mais característica dos seus erros do que essa.

A política do café constitui assunto de tantas discussões, tantas exposições, que todos a conhecem. Ela se desenvolveu sempre de acordo com planos traçados pelos Convênios dos Estados Cafeeiros, e não creio que haja alguém, em boa fé, que não reconheça o que se fez nesse particular.

Repetir-vos o que já está dito nesse sentido seria fadigar-vos inutilmente a atenção. Nunca se fez tão larga publicidade em torno de atos do Governo, explicando-os, discutindo objeções, esclarecendo dúvidas, como a que consta de relatórios do DNC, discursos na Câmara, mensagens presidenciais, publicações e estudos especializados, documentos a que se podem reportar todos os que desejarem conhecer o que tem sido a ação governamental nesse setor.

Ainda há pouco, a significativa homenagem que as classes conservadoras prestaram ao Governo na minha pessoa, nas cidades de Santos e São Paulo, traduzem com rara eloquência a aprovação dos interessados legítimos à política que seguimos.

E para que se não creia ser isso obra da alta de preços eventual, fazendo esquecer quaisquer erros que se tivessem praticado anteriormente, aí vai a palavra ilustre do Dr. Armando de Sales Oliveira, em plena época de dificuldades (*Diário Oficial* de 11-11-936) :

"Mais de uma vez me tenho referido à obra que o Governo revolucionário realizou na questão do Café. Não seria lícito negar o valor e alcance dessa obra, sem adulterar uma verdade, que se impõe aos espíritos imparciais. Obra tanto mais digna de respeito quanto é certo que ao fato da superprodução se juntava o fato da economia, cada vez mais rigidamente dirigida das outras nações. Em frente das cordilheiras de café, que se formavam em nosso solo, apareciam os outros países com medidas de restrição e de contingência, que agravavam o problema brasileiro. A lavoura de café ainda não recuperou o seu antigo vigor, mas quem poderia prever, naqueles sombrios dias de 1929, que sete anos mais tarde ela ainda estivesse de pé. Mas quem poderia afirmar, que, após tantos anos de luta, os mesmos lavradores, salvo raras exceções, continuassem a lavar as mesmas terras?"

E ainda a palavra autorizada do eminente Dr. José Maria Whitaker, descrevendo a situação encontrada em 1930 :

"Formara-se, então, em São Paulo, um grande *stock* de café, que impedia, como uma muralha de barragem, a livre saída da produção desse Estado. Atrás dessa muralha debatia-se a lavoura, na situação terrível de não poder nem vender o seu produto, que só chegaria a Santos depois de dois anos e meio de retenção, nem levantar sobre ele qualquer quantia, que os particulares lhe negavam e os institutos oficiais já lhe não podiam fornecer. Em consequência desta situação cessaram de ser pagos

regularmente os próprios colonos, e, como, com isso, não recebessem os comerciantes do interior o que já lhes tinham adiantado, deixaram, por seu turno, de pagar aos atacadistas e importadores, refletindo-se, naturalmente, tais dificuldades nas indústrias, que ficaram inteiramente paralizadas.

Resolvida, pelo Governo, a demolição daquela barragem iniciada, por outras palavras, a compra do *stock*, a produção pode escoar-se normalmente, restabelecendo-se, assim, o ritmo interrompido da vida econômica em todo o país".

O CUSTO DA VIDA

O confronto do custo da vida antes da Revolução com o de agora é a última pedra que se atira ao Governo como fecho de todos os ataques. E lá vem o confronto :

"Custo da vida no Rio de Janeiro para uma família de sete pessoas :

1930	1:676\$0
1939	2:546\$0

Para completar esse quadro, assim como se compara o custo entre 1930 e 10 anos mais tarde, é evidentemente necessário que se compare com 10 anos antes e assim termos, de acordo com os dados do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, publicadas em 30 de janeiro de 1941 : *Custo da vida na cidade do Rio de Janeiro*

1920	1:157\$4	
1930	1:676\$2	aumento 45 %
1939	2:415\$8	aumento 44 %

Não parece extraordinário que, apesar dos encargos que a Revolução recebeu, com problemas de toda a ordem a exigir gastos, o Banco do Brasil sem encaixe, sem crédito, ameaçado de falência pelos saques emitidos a descoberto para defesa de um plano monetário destinado ao fracasso ; que ela tenha vivido 10 anos, conservando o mesmo ritmo de aumento do custo da vida verificado no período anterior, apesar dos gravames que lhe acarretaram todos os elementos de depreciação oriundos da situação internacional? Os argumentos que apresentei ao tratar dos *deficits* orçamentários são aplicáveis aqui e se quisermos alinhar as somas que empregamos em todas essas realizações que se afirmam nos navios mineiros construídos, nos contra-torpedeiros saídos de nossos estaleiros de construção naval, nas locomotivas, nos vagões e nos trilhos de nossas estradas de ferro, no material adquirido para o Exército, nas obras de arte que nossa engenharia civil e militar construiu, na realização do plano de orientação política e econômica de nossa rede ferroviária, nos quartéis que se levantam, nos hospitais, nas vilas militares, nas escolas, fábricas, arsenais, parques de aeronáutica, nos edifícios públicos construídos que dão ao serviço a ordem e a disciplina de que carecem, nas obras de saneamento da Baixada Fluminense que por si só constituiria a glória de um Governo, na construção de açudes contra o flagelo impiedoso das secas, e de estradas de rodagem que se abrem em todos os sentidos da vastidão de nosso território. Se alinhássemos todas essas aplicações feitas e mais as somas despendidas com a defesa da lavoura, rea-

justando-lhes as economias, quando todo esse programa se vem cumprido sem recurso ao crédito estrangeiro, mas apenas com a nossa prata de casa, e em confronto a todo esse acervo de realizações surge um aumento no custo da vida que ainda é inferior ao verificado no decênio anterior, que melhor argumento em favor da política do Governo Getúlio Vargas?

Até este momento esboroam-se contra a muralha dos fatos reais essas afirmativas que tendem a concluir por um encarecimento que em período normal seria índice de incapacidade governamental.

Os pontos em que, em geral, a crítica pretende ferir nos no setor financeiro são esses a que me referí. De todos, nada resta senão o travo amargo que deixam as manifestações de tanto impatriotismo nesta hora de exaltação nacionalista que o mundo vive.

As críticas à política interna do Governo da Revolução desfazem-se ante a realidade de nossa expansão econômica. Ela não ressumbra somente dos aspectos que a cada passo se apresentam aos nossos olhos, como o desenvolvimento urbanístico das grandes capitais do país, o surto de produção algodoeira, cujo valor excede a 1.000.000:000\$0, mas também de todos os setores da economia.

A produção de carvão, que em 1930 era de 385.148 toneladas, atinge, em 1939, a 1.046.975 toneladas; o ferro gusa, de 35.305 toneladas passou para 160.016 toneladas; o ferro laminado elevou-se de 25.895 para 100.996 toneladas; o aço de 20.985 subiu a 114.095 toneladas; o cimento, cuja produção era de 87.160 toneladas, alcançou 697.793.

A energia elétrica utilizada pelas indústrias elevou-se, na cidade de São Paulo, de 146.257.000 K.W.H. para 370.000.000 no Distrito Federal, de 113.935.000 K.W.H. para 193.353.000.

Nesse ambiente de incontestável progresso, compreende-se que aos ataques feitos ao Senhor Getúlio Vargas, na política interna, se contraponha o prestígio popular do nosso grande Chefe, em nada desmerecido das gigantescas porções de sua entrada triunfal na Metrópole da República para dar começo a uma fase de governo único na história nacional.

A série de tratados, conferências e atos internacionais de que o Brasil tem sido parte magna, inspirado o Governo pelo pensamento profundo de unir a América em torno de si mesma, as viagens do Presidente Getúlio Vargas a quatro países americanos, definem as diretrizes panamericanistas da nossa política externa. Nenhum chefe de Estado, no Bra-

sil, compreendeu mais, nem mesmo tanto quanto o atual, as finalidades continentais da política econômica, social e cultural do Novo Mundo, para forjar, no bloco de uma indestrutível solidariedade das nossas nações, sem hegemonias de umas sobre as outras, um destino pacífico e feliz para as Américas.

Em conclusão desta palestra de confrontos e de contrastes, permiti que acentue o que existe entre a atitude daquele que se pretende apresentar como o destruidor das tradições liberais do Brasil e a de seus inimigos.

Na mesma hora em que estes buscam estabelecer divergências entre os brasileiros, propagando entre as classes armadas e os trabalhadores no interior dados estatísticos comparados, inadvertida ou perversamente, para intrigar, lançar a discórdia e enfraquecer a resistência da Pátria em tão grave instante da vida nacional, o Senhor Getúlio Vargas, sem preocupações pessoais, apela para todos os brasileiros, no sentido de uma colaboração ampla na grande obra de restauração nacional. Eis, senhores, as suas palavras no recente discurso de 7 de setembro: "O imperativo da união nacional continua sendo a nossa palavra, de ordem. Não há, na conjuntura difícil da nossa época, lugar para as salvações individuais, para os privilégios de poucos, para as vantagens de grupos ou facções. Os interesses da coletividade sobrepõem-se aos interesses pessoais. Quando existe a iminência do perigo, não é possível atender reivindicações particulares nem admitir situações excepcionais edificadas à custa do sacrifício da maioria da população".

Podem, por vezes, as palavras sopradas pelas paixões procurar externar coisas contrárias à essência da natureza dos acontecimentos. Não resta dúvida, porém, de que, no julgamento íntimo, todos sentem que se a nação transpôs incólume os escolhos que tem atravessado, fê-lo porque a ação pessoal do seu guia supremo, inspirada por um temperamento desapaixonado e impelida por uma irresistível vocação para realizar uma obra construtiva, soube, apoiada no prestígio propulsor da Revolução, conduzi-la através de tantos obstáculos.

Ao comemorar o décimo primeiro aniversário da Revolução, podemos verificar que o espírito do seu Chefe não se alterou com o exercício do poder. É o mesmo descrente da violência, que só gera a violência, e reconhece a bondade como base de toda a felicidade humana. Confia nas possibilidades do Brasil, no potencial infinito das suas riquezas e no valor de seus filhos; confia na força da sua juventude, na união de todos os brasileiros em torno do ideal sagrado de uma Pátria forte e feliz".

**AJUDE SEUS COMPANHEIROS PARA MERECEER SEU
AUXÍLIO: A DIVISÃO DOS SERVIÇOS EM TURMAS
NÃO SIGNIFICA QUE O INTERESSE DO SERVIÇO
ESTEJA TAMBÉM DIVIDIDO.**